



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Educação Inclusiva no Contexto Escolar

EVANEIDE VIEIRA DA SILVA

Cavalcante, 28 Novembro de 2018.

UNIVERSIDADE DEBRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EVANEIDE VIEIRA DA SILVA

Educação Inclusiva no Contexto Escolar

Monografia apresentada à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UNB - como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia.

Orientador: Prof^oDr^o Jose Vieira de Sousa

Cavalcante, 28 Novembro de 2018

TERMO DE APROVAÇÃO

Comissão Examinadora:

Profº. Drº. José Vieira de Sousa– Presidente

Faculdade de Educação/PAD/UnB

Prof. Drª Andréia Mello Lacé

Faculdade de Educação/PAD/UnB

Profa. Cleonice Pereira do Nascimento
Bittencourt

Faculdade de Educação/PPGE/FE/UnB
Suplente

Dedicatória

Dedico este trabalho, aos meus pais, que já mais deixaram de me incentivar. Uma vez que mesmo não alfabetizados sempre souberam e acreditaram que a única riqueza que poderiam dar a seus filhos era os estudos. Dedico imensamente também a todos os professores do curso que estiveram juntos contribuindo do início ao fim, nessa árdua jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado o dom da vida e por ter proporcionado a minha chegada até ao final deste curso. Agradeço a todos os colegas de curso, em especial Luzia Martins Gudio, Lurdes de Abreu dos Santos e Carolina Magalhães Montijo meus agradecimentos também a toda equipe do Polo de Apoio Presencial de Cavalcante Goiás. Em especial agradeço ao senhor Kaibar Emídio da Silveira pessoa esta que não mediu esforço e empenho para que pudéssemos estar realizando o sonho de cursar um ensino superior em nosso município.

“Um homem só tem o direito de olhar um outro de cima para baixo para ajudá-lo a levantar-se. ”(Gabriel Garcia Marquez)

RESUMO

Fazendo uma análise dos caminhos da Educação Especial, desde seu início até os dias atuais, percebe-se que, a evolução dos serviços desta modalidade caminhou de uma fase inicial, onde tinha caráter assistencialista visando apenas ao bem-estar das crianças com deficiência para uma segunda fase, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico, adentrando às instituições escolares e depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino. Dessa forma, em conformidade com (BRASIL, 2014) políticas públicas têm sido pensadas e implementadas para que as escolas se tornem inclusiva. O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresentou, no ano de 2008, a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva instituindo assim, uma mudança estrutural nas escolas e implementando políticas públicas de inclusão educacional, para que venha satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais. Para tanto este trabalho buscou, mediante as observações e entrevista analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I. Diante de vários teóricos usando para embasamento do trabalho e dos resultados obtidos ao final da pesquisa percebe-se que se faz necessário um repensar sobre as práticas pedagógicas bem como uma estruturação do projeto político pedagógico e uma reformulação do currículo escolar organizando-o de forma que envolva docente- discente, instituição- comunidade e ensino- aprendizagem.

Palavras-chaves: educação especial, educação inclusiva e prática pedagógica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

AEE - Atendimento Educacional Especializado

MEC - Ministério da Educação

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UNB - Universidade de Brasília

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Ulbra - Universidade Luterana do Brasil

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CNE/CNB - Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

INE - Instituto Nacional da Educação dos Surdos

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO	3
DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS	5
EPÍGRAFRE.....	6
RESUMO.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
SUMÁRIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
PARTE I – MEMORIAL.....	13
PARTE II – EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR	16
1.INTRODUÇÃO.....	17
2.0 .REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1- O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
2.2 - LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
2.3 - A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	21
3.0 - PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	22.
3.1 - CONTEXTO DA PESQUISA.....	23
3.2 - PARTICIPANTES.....	23
3.3 - INSTRUMENTO E MATERIAL DE PESQUISA.	24
3.4 - PROCEDIMENTO DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	24
3.5 - PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	25.
4.0- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
4.1 - RESPOSTA AO OBJETIVO 1.....	25
4.2 - RESPOSTA AO OBJETIVO 2.....	26
4.3 - RESPOSTA AO OBJETIVO 3.....	27
4.4 - RESPOSTA AO OBJETIVO 4.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXOS - TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	32
APÊNDICE I - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	33
APÊDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	34

APRESENTAÇÃO

O tema desta monografia discorre sobre a educação inclusiva no contexto escolar, para desenvolvimento do trabalho busca – se responder a seguinte problemática, que é analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I, no Município de Cavalcante.

O presente trabalho está dividido em três partes:

Na Parte I, Memorial: discorre o nosso trajeto escolar e acadêmico e os motivos pelo qual optamos por esse tema.

Na Parte II, Monografia: Educação Inclusiva no contexto escolar que se divide em 3 capítulos. Apresentamos nosso tema, a problematização e a definição dos objetivos. No capítulo 1, apresenta sobre o que é educação especial, legislação da educação especial e importância da inclusão no ambiente escolar. No capítulo 2 temos o percurso metodológico adotado, em uma abordagem de pesquisa qualitativa mostramos o contexto da escola, os participantes e, ainda, a utilização da observação não participante e entrevista semiestruturada como instrumento para obtenção de dados e o tratamento escolhido para analisa-los. No capítulo 3, apresentamos e discutimos os dados obtidos e concluímos o trabalho, respectivamente.

Finalmente, na Parte III, estão expostas as perspectivas acadêmicas e profissionais futuras.

PARTE I – MEMORIAL

Eu me chamo Evaneide Vieira da Silva, sou filha de Francisco Vieira da Silva e Brasilina Ribeiro de Sousa, ambos não alfabetizados. Nasci no dia 17 de julho de 1978, área rural município de Cavalcante e vou contar um pouco de minha trajetória escolar e profissional em relação à educação.

A minha trajetória como estudante, não foi nada fácil e foi marcada por bastantes dificuldades, mudanças de escolas e professores. Iniciei meus estudos como ouvinte aos seis anos de idade no ano de 1985 em uma escola localizada na área rural do município de Cavalcante Goiás, pois, naquela época só podia matricular na 1ª série com 7 anos de idade. A professora era adepta aos métodos tradicionais, a mesma usava uma cartilha, onde era tomada a leitura todos os dias, caso o aluno não soubesse ficava de castigo como sem recreio, de joelho no cascalho debaixo de sol ou de braços abertos em frente a lousa.

Da 1ª série até a conclusão da 5ª série, foram cursados de forma regular, porém em escolas diferentes. Até a 3ª série estudei na área rural, quando fui cursar a 4ª série me mudei para área urbana, pois as escolas do município, naquela época só lecionavam até a 3ª série.

As minhas principais lembranças escolares durante anos iniciais do Ensino Fundamental foram marcadas tanto por boas recordações, quanto por algumas recordações ruins. Quando fui cursar a 1ª série tive uma professora muito carinhosa e compreensiva que dava oportunidade aos alunos de expor suas ideias sobre determinado assunto ali havia uma interação entre professora e alunos, uma escola bonita e aconchegante cheia de flores que eram plantadas e cuidadas pelos alunos. A dona da fazenda, onde se localizava a escola era uma pessoa muito carinhosa (in memoriam Dona Ivone), juntamente com a professora Santana promovia brincadeiras, gincanas entre os alunos nesta escola havia interação entre família / escola, tudo era maravilhoso.

Já na 2ª série nova escola, outra professora também me traz boas recordações tanto da escola como da professora, apesar do prédio escolar ser coberto de palhas e sem paredes em sua volta, foi um período marcado por bons momentos em minha vida. A professora Elzica era e é até hoje uma professora bastante dinâmica em suas aulas. Hoje tenho a oportunidade de estar junta com ela em uma sala de aula nos cursos de formação continuada, mas como professora também. E tenho o maior orgulho quando a oportunidade surge em dizer que ela contribuiu de forma positiva em minha formação.

Os livros que recebíamos eram os livros didáticos que vinham para as escolas os mesmos eram utilizados praticamente todos os dias para fazer atividades. Mesmo diante dessa interação as professoras não deixavam o tradicionalismo de lado, o espaço da sala era organizado em fileiras, as

avaliações eram mediante as provas bimestrais. Nesse período para as dificuldades eram em relação às aulas de matemática, pois achava muito difícil essa disciplina.

Na 3ª série, volto a estudar novamente com a professora a qual estudei também na Educação Infantil, nada mudou só a escola que se localizava em outra fazenda, a professora continuava a mesma sem dinamismo e detentora do conhecimento. Parecia que ela não gostava de lecionar, pois não tinha nenhum carinho com seus alunos.

Logo no ano seguinte, para cursar a 4ª série venho para cidade, novas escolas, novos professores e professoras. Até a conclusão do ensino fundamental somente duas professoras que me remetem boas recordações Tia Cota e a professora Angelita. A Tia Cota pelo seu carisma para com os alunos e dedicação por tudo que fazia, mesmo não sendo uma professora tão dinâmica suas aulas não eram tediosas, pois a mesma sabia ouvir seus alunos, sabia lidar com particularidade de cada um. Já a professora Angelita que trabalhava com disciplina de biologia, além de ser carismática era bastante dinâmica, ela tinha uma metodologia diferente em passar seus conteúdos, com músicas. Ela transformava todo conteúdo em música, levava seu violão para sala, onde ela mesma tocava e cantava, até hoje não me esqueci dos conteúdos dessa disciplina, sendo que gosto mais da disciplina de biologia.

Os demais professores desse período eram completamente tradicionais, os espaços eram organizados sempre em fileiras, os livros didáticos eram usados diariamente, a maior parte dos professores trabalhava da seguinte forma, os alunos faziam cópias dos textos que havia nos livros, depois respondiam os questionários, esse mesmo era decorado para depois ser tomado como prova oral ou escrita.

Iniciei o ensino médio no curso técnico em magistério em uma escola particular, na cidade de Formosa, não fiquei retida em nenhuma série até a conclusão do mesmo. Os professores daquela época para mim eram bastante diferentes, eu os via como sendo superiores e sabedores de tudo, pois como para cursar o ensino médio fui morar em Formosa cidade próxima a Brasília, lá o ritmo era outro, portanto me senti deslocada como um peixe fora d'água. O que regia era a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual. A escolha em fazer o Magistério foi opção por um curso profissionalizante que mais na frente poderia me servir como uma porta de entrada para meu primeiro emprego.

Após terminar o ensino médio fiz o curso técnico de enfermagem, com intuito de fazer uma faculdade de Enfermagem da qual era o meu sonho. Mas, a vida deu-se novos retrocessos, não foi possível iniciar essa nova etapa da minha vida, o tão almejado sonho não se realizou.

Diante da necessidade de um emprego naquela época, tive a oportunidade de ter contato com a sala de aula, pois, surgiu uma vaga para auxiliar de ensino na sala da Educação Infantil, fui

contratada por tempo determinado, isso em 2002, durante esse intervalo até 2004 trabalhei como auxiliar de ensino. Logo continuei como professora regente na alfabetização até ano de 2007, quando abriu-se um edital de concurso para todas as áreas em Cavalcante Goiás, como a área da saúde sempre foi meu sonho, fiz minha inscrição para técnico de enfermagem, mas foi frustrante, obtive média, mas não fiquei dentro das vagas devido ao critério de idade para desempate. No ano seguinte abre-se novo edital, desta vez somente para área da educação, foi quando fiz minha inscrição para professor da área rural, devido não ter graduação.

Passei, fui convocada, desde então nunca fui para área rural, estou até hoje na área urbana do município de Cavalcante atuando nas séries iniciais 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Nesse decorrer de tempo, passei para Letras na UAB/UNB, polo de Alto Paraíso. Porém, diante de várias dificuldades não foi possível chegar ao final do curso, desisti, logo no primeiro semestre. Pois, quando temos que conciliar, trabalho e estudo, tudo se torna mais difícil e, também com a longa distância entre Cavalcante e Alto Paraíso tornou-se inviável.

Nesse meio tempo, tinha-se a urgência e necessidade de uma graduação. Foi quando ingressei pela Ulbra – Universidade Luterana do Brasil no curso de Pedagogia, mas, porém as mensalidades eram muito altas, aí mais uma desistência. Quando é implantado em Cavalcante o Polo da UAB/UNB, veio o vestibular, passei e hoje estou aqui mais uma vez, como acadêmica da Universidade de Brasília, cursando 1º semestre do último período do curso de Pedagogia.

Como acadêmica da Universidade de Brasília, cursando o primeiro semestre do último período do curso de Pedagogia percebo que a educação cada dia que passa dá um pequeno passo em relação à prática pedagógica. A universidade busca uma educação pautada na investigação, produção e difusão de transformação, impulsionando o aluno a buscar sua autonomia com educando.

Pois, é mediante a essa conquista que podemos deixar de ser pessoas passivas para tornar-se um ser ativo e crítico, só assim podemos ser capazes de interferir criticamente na realidade da sociedade transformando-a, e não apenas tornando em mais um elemento para o mercado de trabalho

PARTE II

Educação Inclusiva no Contexto Escolar

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um processo que se amplia oportunizando, a participação de todos educandos dentro do contexto escolar. A mesma é regulamentada por várias normas, mas podemos dizer que ela encontra seu fundamento na Constituição Federal de 1988, que determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todos, e a oferta de Atendimento Educacional Especializado.

Para tanto a, presente pesquisa tem por objetivo **analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I**, no Município de Cavalcante. Levando em consideração também os objetivos específicos que são:

1. Investigar as propostas contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola voltado para a promoção da Educação inclusiva;
2. Levantar os principais obstáculos encontrados no ambiente escolar para que realmente aconteça a inclusão;
3. Levantar os desafios dos professores em serviço na turma do 1º ano quanto à prática de ensino do aluno incluso em sala de aula e
4. Analisar as principais ações, práticas e dificuldades para a promoção da Inclusão em sala de aula.

A instituição observada está localizada na área urbana do município de Cavalcante Goiás ofertando a educação básica em nível de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano – nos turnos matutino e vespertino. Na modalidade do EJA do 1º ao 6º ano no período noturno. A escolha pela temática primeiramente foi pela identificação frente a educação daqueles com necessidades especiais e também pelo fato de que, desde o começo da minha trajetória na sala de aula sempre recebi aluno que necessitasse desse atendimento e ali me sentia inútil frente suas necessidades, uma vez que a escola não oferecia suporte para atendimento a esses alunos, onde os mesmos acabam por serem apenas inseridos.

Para compreendermos a importância de se pesquisar a temática, se faz necessário trazer um aporte teórico no qual apresentamos Sassaki (2006) *Apud* Brasil (2012), nos informando que inclusão é um processo pelo qual “propõe a inserção total de determinado sujeito” dentro da sociedade objetivando a aceitação das diferenças, entretanto, mesmo sendo um direito assegurado por lei, existe um determinado distanciamento das diferenças, mas sim a aceitação destas, assumindo-as como parte da construção do indivíduo e do grupo. Contudo, ainda nos coloca inúmeros questionamentos. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controversas posições e opiniões sobre a temática.

De acordo com a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 e a resolução CNE/CEB, nº.02/01, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, pondera que o currículo deve ser diferenciado e flexibilizado aos alunos que faz parte do público alvo da Educação Especial. No entanto, é com o documento Política Nacional Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que acontecem mudanças, tanto no tocante conceitual como estrutural do sistema educacional. Nesse sentido interrogamos como se desenvolvem as ações e práticas da professora no trabalho em contexto de inclusão escolar. Para tanto a presente monografia apresenta no capítulo 1, a definição do que é a Educação Especial; legislação da Educação Especial e a importância da Inclusão no ambiente escolar. No capítulo 2 temos o percurso metodológico adotado, em uma abordagem de pesquisa qualitativa mostramos o contexto da escola, os participantes e, ainda, a utilização da observação não participante e entrevista semiestruturada como instrumento para obtenção de dados e o tratamento escolhido para analisá-los. No capítulo 3, apresentamos e discutimos os dados obtidos e concluímos o trabalho, respectivamente.

2. CAPÍTULO 1

2.1 O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para que possa falar em Educação Especial é necessário que pondere “a história, atitudes e formas de vida em sociedade e os produtos de escolhas culturais que atendam às necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época” (NORONHA; PINTO, 2014, p. 01).

Evidenciado então que a Educação Especial, durante vários séculos, se pautava em um modelo assistencialista e segregativo. Pois, desde a antiguidade a Educação Especial vem sendo construído com torturas, segregações, lágrimas e privações, no entanto este passado é marcado com o levantamento da bandeira mundial que defendia os direitos humanos, sociais precedendo a Constituinte.

[...] a visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos estudantes em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar. (MEC/SECADI, p.01).

Assim, a educação passa a ser responsável pela socialização do indivíduo, possibilitando a estes a conviver com qualidade dentro da sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, aonde viesse viabilizar a integração do indivíduo com o meio. Para tanto,

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (MEC/SECADI, p.11).

Analisando os caminhos da Educação Especial, desde seu início até os dias atuais, percebe-se que, a evolução dos serviços desta modalidade caminhou de uma fase inicial, onde tinha caráter assistencialista visando apenas ao bem-estar das crianças com deficiência para uma segunda fase, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico, aonde, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino.

2.2 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial, definindo-a como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com

necessidades educacionais especiais. Objetivando um atendimento que passa ser de acordo com as diferenças individuais do educando.

Esta modalidade de ensino é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento. Os marcos históricos da Educação Especial no Brasil teve seu início,

[...] na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC/SECADI, p.02).

No ano de 1961 o atendimento a esse público era fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/61, a mesma garante o direito dos "alunos excepcionais" à educação dentro do sistema geral de ensino. Logo a LDBEN de 1961 alterada pela Lei nº 5.692/71 define um,

[...] “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado. (MEC/SECADI, p.02).

No decorrer desse período não houve nenhuma efetivação política, que garantisse um acesso pleno à educação especial, dessa forma a Constituição de 1988, pontua como um dos seus objetivos fundamentais,

[...] “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (MEC/SECADI, p.02).

Em 1990 a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien, determina o fim de preconceitos e estereótipos de qualquer natureza no contexto da educação, para alcance desta o documento Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais

pontua que as escolas precisam trabalhar com ações voltadas ao combate de atitudes discriminatórias (MEC/SECADI, p.03).

Onde, o ano de 1994 é publicado a Política Nacional de Educação Especial, orientando que,

[...] o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política de 1994 não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial. (MEC/SECADI, p.03).

Dessa forma, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, artigo 59 os “sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

Posterior a 1996, no ano de 1999, a Lei nº 7.853/89 regulamentada pelo Decreto nº 3.298 estabelece a educação especial “como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.” (MEC/SECADI, p.03).

Percebemos diante de tantos avanços, que se faz necessário pensarmos a educação especial numa perspectiva inclusiva para assim ampliarmos e potencializar as possibilidades de ensino dentro da sociedade seja ela escolar ou não.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

No que tange a educação inclusiva (BRASIL, 2001, p.13) pontua que, a construção de um sistema educacional inclusivo teve seu início, após, o Brasil firmar acordo com a Declaração Mundial de Educação para todos paralelo ao que reza a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, “na qual se lê que a educação é direito de todos independente de diferenças particulares”. Para tanto, que o

[...] movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (MEC/SECADI, p.01)

Uma escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998) apud (GALT e FERNANDES, 2005, p.01),

[...] implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos.

Dessa forma, em conformidade com (BRASIL, 2014) no âmbito educacional, políticas públicas têm sido pensadas e implementadas para que as escolas se tornem inclusiva, investindo esforços para que os alunos tenham suas diferenças realmente consideradas nos processos de ensino e aprendizagem.

É importante enfatizar que o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresentou, no ano de 2008, a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva instituindo assim, uma mudança estrutural nas escolas e implementando políticas públicas de inclusão educacional, para que venha satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais.

A oferta do Atendimento Educacional Especializado –AEE é uma das ações que tem propiciado significativas mudanças no que se refere a organização da escola e na qualidade das respostas dadas às necessidades dos alunos. O AEE se fundamenta primeiramente na Constituição federal de 1998 e também nos seguintes documentos:

Decreto Federal em vigência Nº. 7.611 de 2011 dispendo sobre oferta deste atendimento, bem como a distribuição de recursos do FUDEB se referenciando a contagem de matrículas de um único aluno no ensino regular e no atendimento educacional especializado.

Objetivando dar suporte às escolas na inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento a altas habilidades ou superdotação, essas salas buscam atender às demandas das crianças com deficiência em igualdade de condições com demais aluno de ensino regula. Para sua efetivação cabe o gestor municipal, estadual ou federal garantir um profissional especializado bem como a disponibilidade de um espaço físico adequado para sua instalação e funcionamento.

3. CAPÍTULO 2

3.0 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para tanto, o presente trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória de cunho qualitativo, com intuito alcançar os objetivos citados acima.

Segundo Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória têm como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” ou a constituir hipóteses. Seu principal objetivo é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Sobre a pesquisa documental o mesmo autor aponta que a mesma apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos.

Sobre a pesquisa de campo digo que, a mesma foi realizada com intuito de coletar informações relevantes para meu relatório de análises, objetivando analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva dentro do contexto escolar, a mesma foi realizada mediante a uma observação não participante na sala de aula do 1º ano do ensino fundamental I e por fim foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora da AEE.

3.1 CONTEXTO DAPESQUISA

O contexto escolhido para investigação foi uma Escola Municipal localizada na área urbana do município de Cavalcante no estado do Goiás. Durante os dias 05 e 06 do mês de novembro do corrente ano, na referida escola, realizei minhas observações, afim de analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I.

A mesma atende ao Ensino Fundamental- Educação Básica- 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino, e Educação de Jovens e Adultos (1ª a 5ª série) no período noturno.

Com aproximadamente 465 alunos, 24 professores, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretaria, 2 auxiliares administrativos, 1 diretora, 7 merendeiras, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 porteiros, 2 vigias noturnos e 1 bibliotecário. A unidade de ensino conta com uma infraestrutura de 11 salas de aulas, sendo uma improvisada ao lado do auditório, 1 auditório, 1 secretaria improvisada, pois a mesma foi dividida em duas salas para acrescentar 1 sala de direção, 1 sala para professores, também improvisada, já que divide espaço com a sala AEE e a sala da biblioteca, 1 cantina, 1 laboratório de informática sem uso, 4 banheiros sendo que um deste está sem funcionamento, deste todos são subdivididos em 4 e 1 sala do almoxarifado.

Em relação a acessibilidade e adaptações do espaço escolar, possui rampas e corrimões, porém não possui rampas nas entradas das portas das salas de aula e demais dependências. Os banheiros possuem portas adaptadas para cadeirantes e barra de apoio. A sala de atendimento educacional (AEE) é improvisada sem nenhuma adequação conforme a LDB.

3.2 PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram os alunos turma do 1º ano do ensino fundamental I, a diretora, professora regente, professora auxiliar e professora da sala de AEE de uma escola do município de Cavalcante Goiás. A referida turma foi escolhida pelo fato de ter um aluno especial matriculado, diagnosticado de autista.

3.3 INSTRUMENTOS E MATERIAIS DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa utilizado para dar andamento à pesquisa foi a observação estruturada não participante. Através do instrumento da observação não participante, pretende-se analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I, no Município de Cavalcante.

Nessa perspectiva encontramos (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.191-1) *apud* (CHINAZZO, 2008, p.160) explicando que a observação é considerada uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos da realidade que se deseja estudar. Ela ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Ainda mais segundo Lakatos e Marconni (2003, p.192) *apud* (CHINAZZO, 2008, p.160), as observações possuem várias modalidades e variam de acordo com as circunstâncias, dentre os quatro tipos existentes vou usar a observação estruturada não participante, nesta o observador faz papel de espectador.

Para complementar as ações propostas, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora da AEE. Sobre entrevista encontramos Lakatos e Marconni (2003, p.162) definindo-a como um instrumento entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Através dela o pesquisador busca obter informações e coletar dados subjetivos.

Para melhor organização, os instrumentos de pesquisa escolhidos apresentam-se no apêndice deste trabalho.

3.4 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

O cenário de pesquisa escolhido foi uma Escola Municipal localizada na área urbana do município de Cavalcante no estado do Goiás, a mesma atende a modalidade de ensino de Ensino Fundamental- Educação Básica- 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino, e no período noturno: Educação de Jovens e Adultos (1ª a 5ª série). Com aproximadamente 465 alunos, 24 professores, 1

coordenadora pedagógica, 1 secretária, 2 auxiliares administrativos, 1 diretora, 7 merendeiras, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 porteiros, 2 vigias noturnos e 1 bibliotecária.

Este foi escolhido pelo fato de ter um aluno especial matriculado, com diagnóstico de autista na sala do 1º ano do ensino fundamental I.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os resultados foram constituídos a partir das informações apresentadas pela entrevista semiestruturada, análise de documento(PPP) da instituição escolar e observação junto a sala do 1º ano levando em consideração a fundamentação teórica e metodológica.

A entrevista foi realizada com a professora da AEE, a mesma aceitou a entrevista com bastante satisfação de forma que foi concluída com bastante êxito e de forma rápida. Anterior a entrevista foi feito um esclarecimento sobre o objetivo do trabalho.

A análise do projeto político pedagógico aconteceu com autorização prévia da diretora da escola, onde a mesma me forneceu uma cópia do documento.

As observações aconteceram nos dias 05 e 06 com autorização da diretora e professoras, onde estas demonstraram bastante interesse em contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

4. CAPÍTULO 3

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Resposta ao objetivo 1: Analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I

Referenciando as ações e práticas pedagógicas inclusiva, observou-se que ao longo do trabalho com o aluno autista as atividades são realizadas com a professora auxiliar ao iniciar a aula, juntamente com o aluno especial senta em sua mesa e cadeira que se encontra no fundo sala de aula afastada dos demais alunos. Durante os dias observados percebe-se que o aluno manuseia repetidamente uma coleção de mine carrinhos que se encontra em uma caixa, quando o mesmo demonstra agitado a professora o senta no chão, fornecendo- o uma tesoura e uma revista velha, a

mesma alega que a única forma de mantê-lo calmo é picotando papel. Durante esses dois dias percebi que a professora sempre vai ao computador disponibilizado na sala dos professores imprimir atividades para seu aluno, na hora de fazer estas, a mesma pega na mão do educando, ali notei que este nem olha o que está sendo traçado, para colorir as figuras da tarefa acontece da mesma forma. As atividades desenvolvidas são coladas em um caderno que fica na sala.

Durante o recreio, a professora auxiliar pega o aluno pelas mãos e o leva até o pátio, onde a mesma permanece junto até o momento do término do recreio. Quanto a professora regente, esta não possibilita a interação do referido aluno. Diante dos resultados obtidos percebe-se que a inclusão não ocorre dentro da sala observada, pois é visível a prática de ensino excludente.

No tange a inclusão Fumegalli (2012, p. 33) *apud* Facion(2009, p.203) pontua que “Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular”, uma vez que “o princípio que rege a educação inclusiva é: “o de que, todos devem aprender juntos, sempre que possível”Mills (1999, p. 25) *apud* Fumegalli (2012, p. 18) sendo necessário compreender o aluno e suas particularidades,

4.2. Resposta ao objetivo 2: Investigar as propostas contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola voltado para a promoção da Educação inclusiva;

Após investigar as propostas contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, verifica-se que o mesmo contempla o atendimento educacional especializado somente no que se refere implantação de salas de recursos multifuncionais, na contratação de um profissional para atendimento educacional especializado e uma parcial adaptação no que se refere a acessibilidade.

Em entrevista com a professora da AEE, a mesma indaga que, AEE é uma maneira de garantir que aluno com necessidades educacionais tenha acesso a um conjunto de apoio e recursos, que venha minimizar suas dificuldades. Porém, o que acontece é contraditório a isso, pois sua sala funciona em um espaço inadequado e insalubre, dividida com outra sala somente por uma divisória e sem ventilação nenhuma, os materiais disponibilizados ainda são desde do ano de 2007 liberados pelo MEC. Frente a essa situação apresento Fumegalli (2012, p. 22), reforçando

[...] que a estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula.

Dessa forma é necessário uma estruturação do projeto político pedagógico e uma reformulação do currículo escolar organizando-o de forma que envolva docente- discente, instituição- comunidade e ensino- aprendizagem.

4.3. Resposta ao objetivo 3: Levantar os principais obstáculos encontrados no ambiente escolar para que realmente aconteça a inclusão;

Frente aos resultados obtidos na entrevista a professora de atendimento educacional especializado pontua três dificuldades encontrada na unidade de ensino para que realmente aconteça a inclusão, na sua fala primeiramente é necessário os familiares dos educados reconhecerem sobre a importância do diagnóstico ser dado por um profissional capacitado, só assim ela vai poder trabalhar em cima da dificuldade de cada criança.

Segunda problemática é a unidade de ensino pensar que os alunos atendidos por ela sejam de responsabilidade inteiramente da sala de AEE e por fim sobre a estrutura inadequada do espaço para atendimento aos alunos e a insuficiência de materiais pedagógico destinado a esse público.

Referenciando aos resultados da observação na turma do 1º ano sobre os principais obstáculos encontrados no ambiente escolar para que realmente aconteça a inclusão, percebo que se dá totalmente a falta de formação da professora auxiliar e a não capacitação da professora regente frente atender a essa nova modalidade de ensino, a educação inclusiva, em específico ao aluno autista. Pois, em relação a formação de profissionais (FUMEGALLI, 2012, p.12) pontua que este

[...] é um dos motivos que torna-se necessário que haja, por parte dos professores uma constante busca de aperfeiçoamento e de troca, com o objetivo de acompanhar o movimento evolutivo em que vivemos, revendo, refletindo e aperfeiçoando a prática pedagógica para compreender, respeitar e atender as diferenças.

Nesse sentido o papel da instituição escolar é incentivar e favorecer oportunidades aos professores, tanto do ensino especial quanto do ensino regular à uma formação/capacitação para assim transformarem suas práticas pedagógicas em apropriadas e mais significativa, para assim diminuir a segregação e a exclusão.

A professora regente, porém alega que o obstáculo encontrado no ambiente escolar para que realmente aconteça a inclusão é o não acompanhamento da professora da sala de AEE dentro da sua sala junto ao aluno. Esse argumento só força, a necessidade das salas de recursos

[...] serem revistas algumas questões relacionadas aos procedimentos que devem ser tomados para que o processo inclusivo flua da melhor maneira possível: a estruturação; os objetivos; o horário; a frequência; as relações professor/aluno e aluno/aluno. Além desses,

ainda, os procedimentos: como preparar os técnicos para realizar avaliações bem definidas quanto ao local de encaminhamento e às necessidades dos alunos; como melhor orientar e cobrar a frequência de alunos no serviço e o compromisso tanto do professor do ensino regular quanto do especial com a escolarização de seus alunos. (GRANEMANN, 2015 p. 173)

Isso nos faz perceber tamanha divergência entre os diferentes sistemas criados para tender na modalidade do ensino especial.

4.4.Resposta ao objetivo 4: Levantar os desafios dos professores em serviço na turma do 1º ano quanto à prática de ensino do aluno incluso em sala de aula

Em relação aos desafios dos professores em serviço na turma do 1º ano quanto à prática de ensino do aluno incluso em sala de aula, estas atribuem a falta de suporte por parte da escola, agressividade do aluno, falta de acompanhamento por parte dos pais, falta de material pedagógico e a não assiduidade do mesmo as aulas. Porém o que percebi é uma gama de erros que perpassa a sala de aula e aos muros da escola, pois falta ações junto ao corpo docente / comunidade para que aconteça a inclusão dos alunos sendo eles diagnosticados ou não. Isso se confirma quando (Granemann 2015) pondera que,

[...] O principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, capaz de educar e incluir, além dos alunos que apresentem deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, os com altas habilidades e com superdotação. (p. 71)

Para tanto, isso nos faz refletir e perceber que se faz necessário pensarmos a educação especial numa perspectiva inclusiva para assim ampliarmos e potencializar as possibilidades de ensino dentro da sociedade seja ela escolar ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar sobre as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I, em conformidade com as pesquisas bibliográficas usadas para desenvolvimento e embasamento do presente trabalho e diante dos resultados obtidos foi percebido que não há inclusão dentro daquele contexto escolar, uma vez que, dentro da sala observada percebe-se práticas de ensino excludente, onde o aluno é apenas integrado ao ensino regular, justificando assim a segregação. Dessa forma pontuamos sobre a importância de mudanças no ensino aprendizagem dessa modalidade de ensino, onde professores

precisam ser preparados adequadamente por meio de processo permanente de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis, objetivando contemplar as necessidades dos alunos com necessidades especiais e educacionais.

E que as escolas para serem inclusivas devem propor em seu Projeto Político Pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas que venha atender as necessidades específicas dos alunos.

Nesse sentido, confirma –se sobre a importância da comunidade, escolas e famílias propiciar suporte para criação de vínculos e crescimento para a superação de qualquer obstáculo em direção à verdadeira sociedade inclusiva, lembrando sempre que o propósito de incluir é lidar naturalmente com a heterogeneidade existente e não tornar as pessoas iguais.

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS

Para falar das minhas perspectivas profissionais futuras primeiramente é necessário fazer uma retrospectiva em relação a minha atuação em sala de aula antes do meu ingresso na faculdade de pedagogia pela UAB/ UNB no ano de 2014. Em relação a minha prática pedagógica percebo que no decorrer do curso, tive a oportunidade de repensá-las dentro da sala de aula, entender o quanto o profissional pedagogo pode atender em variadas área da educação e por fim entender que lidamos com a heterogeneidade e não com a homogeneidade. Além desse melhoramento enquanto professora, tenho pretensão de colocar em prática tudo que foi aprendido no decorrer desses cinco anos de formação.

Agora, tenho como perspectivas profissionais futuras fazer uma pós graduação na área da educação inclusiva. Pois, no decorrer do curso de pedagogia percebi sobre a importância de formação dos profissionais do ensino regular voltados para o atendimento educacional aos alunos com deficiências e/ ou com necessidades educacionais especiais e que muitas das vezes acabam por ser excluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPITO, Juliano, RIBEIRO, Sonia Maria. **Os Conceitos de Educação Especial e Perspectiva Educacional Inclusiva Forjados Durante a Formação Inicial nos Cursos de Licenciatura**. 38ª Reunião Nacional da ANPED – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA. Agência financiadora: PROSUP/CAPE. Disponível em: <<https://moodle.ead.unb.br/course/view.php?id=516>> Acesso em: 01/04/2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Horizonte Editora: 1988.320 p.

BRASIL. **INCLUSÃO- Revista da Educação Especial - Out/2005**. Disponível em:<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/biblioteca/Revista_Inclusao_1.pdf>Acesso em: 23/04/2018

BRASIL. **Decreto nº 7611, de 17 de Novembro de 2011**. <<https://www.fn.de.gov.br/legislacoes/decretos/item/3179-decreto-n%C2%BA-7611-de-17-de-novembro-de-2011>> Acesso em: 06/12/2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996 Capítulo V da Educação Especial**. Disponível em: <<https://moodle.ead.unb.br/course/view.php?id=516>> Acesso em: 01/04/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 23/04/2018.

BRASIL. Simone MainieriPaulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.48 p.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 23/04/2018.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**/Ministério, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012. [48] p.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.**

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. 96 p.

BRASIL. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em:< [tps://moodle.ead.unb.br/course/view.php?id=516](https://moodle.ead.unb.br/course/view.php?id=516)>Acesso em: 20/05/2018.

CHINAZZO, Cosme Luiz; MATTOS, Patrícia Noll de e WEBER. Otávio José **Instrumentalização científica**. Canoas: Ed. ULBRA, 2008.

FUMEGALLI. **Rita de Cassia de Ávila. Inclusão escolar: Desafio de uma educação para todos?** Disponível em: <<https://moodle.ead.unb.br/mod/assign/view.php?id=120448>>. Acesso em: 09/10/2018.

FRASE. Disponível em: <<http://deficienciavisualsp.blogspot.com/2009/04/blog-post.html>>. Acesso em: 17/11/2018.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<https://moodle.ead.unb.br/mod/folder/view.php?id=117021>> Acesso em: 23/04/2018.

GLAT, Rosana, FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira**. Faculdade de Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://pt-static.z-dn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf>> Acesso em: 29/05/2018.

GRANEMANN, Jucelia Linhares. **Educação Inclusiva: análise de trajetórias e práticas pedagógicas**. Universidade Católica Dom Bosco- Campos Grande –MS, 2005. Disponível em: <<https://moodle.ead.unb.br/mod/assign/view.php?id=120448>>. Acesso em: 17/10/2018.

Leis e documentos | Inclusão Já! Em defesa do Direito do Direito à Educação Inclusiva. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/legislacao/>> Acesso em 18/04/2018.

NORONHA, Elaine Gonçalves, PINTO, Cibele Lemes. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e convergências**. Disponível em: <<https://moodle.ead.unb.br/course/view.php?id=516>> Acesso em: 20/05/2018.

ROGALSKIL, Solange, Menin. **Histórico do surgimento da Educação Especial**. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010 Semestral. Disponível <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf> Acesso em: 20/05/2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
COMPONENTE CURRICULAR: PROJETO V

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Responsável pelo projeto: EVANEIDE VIEIRA DA SILVA

Eu, _____, abaixo assinado, declaro que fui informado(a), de forma clara e objetiva, acerca da pesquisa do(a) aluno(a) **Evaneide Vieira da Silva**, que tem por objetivo: **Analisar as ações/práticas pedagógicas inclusiva da professora em uma sala de aula de 1º ano do ensino fundamental I.**

Estou ciente de que não é obrigatória a minha participação nesse estudo, caso me sinta constrangido(a), antes ou durante a realização do trabalho, e de que os materiais utilizados para a coleta das informações serão destruídos após o registro dos dados.

Declaro que tenho ciência de que o(a) aluno(a) manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade e que tenho conhecimento de que, caso solicite, receberei informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar a minha vontade de continuar dele participando.

Declaro, ainda, que me foi esclarecido que essas informações poderão ser obtidas por intermédio do(a) aluno(a) **Evaneide Vieira da Silva**, (evaneidevieirasilva@hotmail.com) e que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivo científico-acadêmico, mantendo-se em sigilo a minha identidade e, se for o caso, meu vínculo institucional.

Por fim, afirmo estar ciente de que a minha participação nesse estudo é voluntária e que poderei desistir a qualquer momento, não havendo previsão de gastos ou remuneração. E por estar de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste documento, assinamos o presente instrumento em duas (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Cavalcante- Go_____ de _____ de 2018.

Interlocutor(a) da pesquisa

Nome do(a) aluno(a)

Responsável pela

APÊNDICE I

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome das Professoras:

Regente: _____

Auxiliar: _____

Nome da Escola: _____

Turma: _____ Turno: _____ Nº de alunos da sala observada: _____

Período da observação: _____/_____/_____ a _____/_____/_____

2. ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS:

a) Caracterize a instituição escolar observada (período de funcionamento, modalidades de ensino oferecida, número de alunos, números de sala, infraestrutura, números de professores e funcionários)?

b) Qual a formação dos profissionais que atuam na sala observada?

c) Quais as condições de infraestrutura aeração, iluminação, espaços de lazer, biblioteca, equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento das atividades pedagógicas? E em relação a acessibilidade e adaptação do espaço?

d) Como se dá a prática pedagógica desenvolvida pelas professoras observadas?

e) Como ocorrem às relações interpessoais entre professor e os alunos? Comente.

f) Como as professoras lidam com as diferenças em relação ao ritmo de aprendizagem da turma, em especial ao aluno autista?

g) As hipóteses e os erros que surgem são levados em consideração para a elaboração de um replanejamento?

h) O conteúdo é adequado às necessidades de aprendizagem da turma?

i) A mediação desenvolvida pela professora permite uma aprendizagem significativa do aluno especial?

j) Existem um clima de cooperação entre os alunos?

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PROFESSORA DA AEE.

- 1-Por favor, qual o seu nome?
- 2-Qual a sua idade?
- 3-Qual a sua formação? Possui pós-graduação? Se sim em que área?
- 4-Há quanto tempo atua na área da educação?
- 5-E na Educação Inclusiva?
- 6-Fale um pouco sobre o seu trabalho com a Educação Inclusiva. Como se deu seu ingresso nessa modalidade de ensino.
- 7- Quais as ações contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola voltado para inclusão escolar?
- 8- Quais os obstáculos encontrados nesta unidade de ensino, para que realmente aconteça a inclusão escolar?
- 9- Quais as ações pedagógicas são desenvolvidas para que possibilitem a efetivação da inclusão escolar?
- 10- A Educação Inclusiva está inserida de forma democrática e participativa nos projetos desenvolvidos na escola? Explique:

Data de realização: _____

Hora de início: _____ Hora de término: _____

Local onde ocorreu a entrevista _____

Clima da entrevista: _____
